



DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

1 – CIDADES INCLUSIVAS

Nova York, dia 31 de maio de 2015

(Versão não editada 2.0)





DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE CIDADES INCLUSIVAS

PALAVRAS-CHAVE

Crescimento inclusivo, inclusão, igualdade, inclusão/exclusão social, direitos humanos, não-discriminação, migrantes, grupos marginalizados, garantia da posse, balanço de poder, gênero, empoderamento, consulta e participação, especulação imobiliária e da terra.

RESUMO

A urbanização fornece o potencial para novas formas de inclusão social, incluindo maior igualdade, acesso a serviços e novas oportunidades, e engajamento e mobilização que refletem a diversidade de cidades, países e do globo. Todavia, frequentemente esta não é a forma do desenvolvimento urbano. Desigualdade e exclusão são abundantes e muitas vezes a taxas maiores que a média nacional, às custas do desenvolvimento sustentável que provê para todos. Dois tipos chave de diretrizes são necessários para combater o aumento da exclusão social e colocar as cidades em um caminho melhor. O primeiro é o compromisso político com o desenvolvimento urbano inclusivo em múltiplos níveis, em face a muitas forças e partes interessadas que incentivam o desenvolvimento desequilibrado e desigual. O segundo é uma série de mecanismos e instituições que facilitem a inclusão, inclusive formulação participativa de políticas, responsabilização, acesso universal a serviços, planejamento espacial e um forte reconhecimento dos papéis complementares dos governos nacionais e locais para alcançar um crescimento inclusivo.

DADOS E FATOS IMPORTANTES

- As cidades muitas vezes têm desigualdades econômicas muito maiores do que o total do país¹. As maiores cidades do mundo também são, muitas vezes, as mais desiguais. Contudo, grandes desigualdades são encontradas em pequenas cidades na África e América Latina.
- Mais de dois terços da população mundial vive em cidades em que as desigualdades de renda aumentaram desde 1980², às vezes a níveis preocupantes, acima da linha de alerta das Nações Unidas³.

¹ Variações entre os coeficientes de Gini de centros urbanos em um país individual são enormes. Em oito de cada doze países analisados pelo ONU-Habitat/CAF na América Latina e Caribe, a diferença entre os níveis de desigualdade entre a cidade mais igualitária e a mais desigual diverge em 45 por cento da média nacional.

² López Moreno E. (2012) Concept Paper for the World Urban Forum 7, ONU-Habitat.

³ A linha de alerta é determinada pelas Nações Unidas quando países/cidades alcançam um coeficiente de Gini de renda acima de 0.4.



- Existem sérias variações de renda e consumo no nível urbano de um mesmo país, e o valor agregado nacional raramente pode descrever o que acontece em todos os meios urbanos⁴.
- Um terço dos habitantes urbanos no mundo em desenvolvimento (863 milhões de pessoas) vivem em condições similares às das favelas⁵. Embora o conceito de favela geralmente não se aplique a cidades em países desenvolvidos, moradores/as dessas cidades enfrentam grandes desafios associados à pobreza, habitações e serviços precários, subemprego ou emprego informal, violência e muito mais.
- Cidades do mundo em desenvolvimento contabilizam mais de 90% do crescimento urbano mundial, e os jovens são uma grande porcentagem desses habitantes. Estima-se que ao menos 60% de todos os habitantes urbanos terão menos de 18 anos em 2030⁶.
- Mulheres pobres, especialmente aquelas que vivem nas favelas, tendem a concentrar-se em empregos com salários baixos, pouco qualificados e frequentemente domésticos em setores informais. Elas também enfrentam barreiras particulares no acesso à saúde e outros serviços, negando-lhes, assim, as vantagens geralmente vistas na vida urbana⁷.

O TEMA

A urbanização pode levar a uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva. Evidência mostra que a urbanização pode representar enormes oportunidades para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, inclusive para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

- A urbanização oferece um poderoso potencial para a mobilização social e liberdade de expressão, inclusive para os marginalizados e excluídos, e, também, para maior participação e influência na política.
- Nas cidades, há crescentes oportunidades para as mulheres de educação e para exercer atividades profissionais. As cidades também têm aumentado a demanda por trabalhadoras nos serviços e na indústria, em empregos que trazem benefícios, mas também riscos, inclusive más condições de trabalho, desigualdade de remuneração entre gêneros e problemas de saúde.
- A maior diversidade cultural encontrada em áreas urbanas pode desconstruir normas sociais, estereótipos de gênero, tradições e costumes que privam as mulheres e grupos desfavorecidos, reduzindo assim, a discriminação associada a eles.
- Governos locais estão intimamente ligados a populações enquanto fornecedor imediato de serviços, especialmente aos grupos que mais correm o risco de serem excluídos e marginalizados.
- As cidades tornam possível redes fortes, que permitem a colaboração e parcerias para empoderar cada mulher e homem, promover a diversidade, o pertencimento e a conexão que são essenciais para combater a desilusão e a radicalização, particularmente entre os jovens. Cidades bem-geridas podem promover um modelo de interação que preserva os direitos de cada habitante.

⁴ ONU-Habitat e CAF (2104) Construction of More Equitable Cities: Public Policies for Inclusion in America Latina, Nairóbi e Caracas, <http://unhabitat.org/books/construction-of-more-equitable-cities/>.

⁵ Quase um bilhão de pessoas vivem em favelas sem serviços básicos e proteção social (ONU-Habitat: 2010/2011).

⁶ Ragan, Douglas (2012). Cities of Youth, Cities of Prosperity, ONU-Habitat

⁷ ONU 2014. Plano de Ação para o acompanhamento do Programa de Ação da CIPD.



O dinamismo econômico das cidades traz muitos benefícios, mas também pode exacerbar desigualdades, uma vez que as recompensas e benefícios do crescimento estão concentradas nas mãos daqueles que têm um apelo social e político mais forte. Gênero, etnia e religião, habilidade física, juventude e idade, migração e situação de emprego (ou seja, para trabalhadores informais) são claros fatores determinantes na capacidade dos indivíduos e grupos em acessar todos os benefícios da urbanização, ou, muitas vezes, na negação dos mesmos. Resultados desiguais dentro das áreas urbanas são reforçados pela exclusão de oportunidades⁸. Em sistemas urbanos complexos, tais resultados e oportunidades são profundamente interligados e interativos, se reforçando mutuamente.

Ao redor do mundo, as cidades geralmente são mais desiguais do que os países aonde elas se encontram. Há também sérias variações na renda e no consumo a nível urbano em um mesmo país, e o valor agregado nacional raramente consegue descrever o que acontece em todos estes ambientes urbanos. Estudos mostram que desigualdades de renda e discriminação raramente ou nunca são isolados a populações específicas⁹. Elas se cruzam com outras formas de desigualdades nas esferas social, legal, espacial, cultural, política e ambiental, reforçando a privação e agravando as desigualdades.

A desigualdade econômica está intimamente ligada à desigualdade de gênero e à desigualdade espacial, levando à exclusão e muitas vezes criminalização de grupos desfavorecidos e vulneráveis, tais como moradores de favelas, trabalhadores migrantes, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências, povos indígenas e grupos minoritários. As desvantagens são maiores para as mulheres dentro destes grupos já que elas também sofrem com as discriminações com base no gênero.

Trabalhadores migrantes que se mudaram de áreas rurais para urbanas, dentro e nas fronteiras, raramente compartilham plenamente da riqueza e das oportunidades que são criadas. Para muitos, a mudança para a cidade está associada a empregos instáveis, com remunerações baixas ou desiguais, conjugados com outros abusos e privações. Muitos migrantes não têm escolha senão se assentar em favelas, com a conseqüente exposição à poluição, crime e ameaças ambientais, bem como limitado acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, saúde e educação. Suas privações são frequentemente agravadas pelo estado informal ou “ilegal” destes assentamentos, o que faz com que eles sejam um ponto cego nos planos e políticas dos governos¹⁰. Por exemplo, moradores de favelas frequentemente enfrentam obstáculos no acesso à escola devido à falta de comprovante de residência ou de certidões de nascimento, bem como altas taxas de abandono devido a práticas de trabalho infantil e o forte medo da violência e assédio. Como resultado, muitas vezes dependem do ensino privado, que exige despesas adicionais e pode ser de má qualidade.¹¹

As mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza, especialmente aquelas que vivem em favelas,^[1] tendem a se concentrar em empregos com salários baixos, pouco qualificados e, muitas vezes, domésticos, nos setores informais e empregos auxiliares.^[2] O crescimento do número de favelas

⁸ PNUD (2013), *Humanity Divided*.

⁹ Veja a análise do World Values Survey no Relatório Global da CIPD (ONU 2014), que mostra que onde a intolerância é alta, ela é raramente isolada a um único grupo ou subconjunto da população.

¹⁰ IIEP-UNESCO. 2009. *Marginalização educacional nos planos de educação nacionais*. Documento de apoio para o Relatório de Monitoramento Global EPT 2010.

¹¹ Ver o Relatório de Monitoramento Global do Educação Para Todos 2010 sobre o tema *Alcançar os Marginalizados em*: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186525por.pdf>

[1] Quase um bilhão de pessoas vivem em favelas sem serviços básicos e proteção social (ONU-Habitat: 2010/2011).



também afeta desproporcionalmente as mulheres, não apenas porque elas são, em média, mais pobres do que os homens (três quintos de um bilhão das pessoas mais pobres do mundo são mulheres e meninas), mas também porque frequentemente faltam a elas oportunidades de tomar decisões, além de encontrarem maior dificuldade no acesso a recursos e serviços adequados as suas necessidades¹². O impacto de tais injustiças é particularmente notável nos resultados sobre a saúde, influenciados ainda por determinantes sociais^{13:14}. Esta situação é agravada pelas barreiras que os pobres das áreas urbanas e os moradores das favelas enfrentam no acesso aos serviços de saúde, incluindo superlotação, alto custo, baixa qualidade e grandes dificuldades de transporte¹⁵.

Um grande desafio que as cidades enfrentam é o aumento do racismo e da discriminação. Várias formas de racismo, discriminação, xenofobia e intolerância têm sido perpetradas contra indivíduos e populações, transgredindo seus direitos humanos fundamentais e exacerbando a exclusão, exploração e até mesmo ódio. Conseqüentemente, o pleno gozo dos direitos desses grupos, incluindo o seu potencial para a participação democrática e inclusão socioeconômica, tem sido ameaçado. O crescente papel das cidades como agentes principais na luta contra o racismo, com a sua própria autonomia e recursos, é fundamental a este respeito. A ação coletiva por meio de iniciativas como a Coalizão Internacional das Cidades contra o Racismo¹⁶ é um passo positivo a ser reconhecido.

PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

A. Estabelecimento de Compromisso Político para Urbanização Inclusiva

As autoridades estatais a nível nacional e local devem implementar obrigações nacionais e internacionais, incluindo a proteção e promoção dos direitos humanos de todos, sem discriminação. A implementação efetiva dos direitos humanos, da igualdade e da não discriminação não pode ser alcançada sem o envolvimento pró ativo dos governos locais e subnacionais.

O papel das autoridades estatais é claro quando se trata de garantir o acesso, viabilidade e adequação dos serviços para todos nas cidades. O acesso igualitário a todos ao emprego, educação, moradia adequada, serviços de saúde, justiça, água, saneamento, eletricidade e transportes, tudo isso contribui para a inclusão e coesão social.

Apesar das obrigações para com todos os habitantes em defender os seus direitos e os benefícios evidentes de ter cidades mais inclusivas, uma ampla gama de fatores impulsionam a exclusão nas cidades, inclusive, mas não somente:

^[2] Urbanization, gender and poverty. Technical briefing. UNFPA in association with IIED, March, 2012.

^[2] Ver Estado das cidades do mundo. Prosperidade das cidades 2012-2013. ONU-Habitat

^[1] Quase um bilhão de pessoas vivem em favelas sem serviços básicos e proteção social (ONU-Habitat: 2010/2011).

^[2] Urbanization, gender and poverty. Technical briefing. UNFPA in association with IIED, March, 2012.

^[3] Hidden Cities: Unmasking and overcoming health inequities in urban settings. WHO & UN Habitat, 2010 http://www.who.int/kobe_centre/publications/hidden_cities2010/en/

^[4] Commission on Social Determinants for Health; Final report of the Urban Settings Knowledge Network, 2008 http://www.who.int/social_determinants/themes/urbanization/en/

^[5] ONU 2014. Quadro de Ação para a Implementação do Programa de Ação da CIPD.

^[6] <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/fight-against-discrimination/coalition-of-cities/>



- Um foco da política no crescimento econômico em detrimento da inclusão;
- Alta competição entre as cidades por investimentos, o que incentiva a redução das proteções sociais e provisões para os pobres como parte dos esforços para atrair capital nacional e internacional;
- Ameaças ambientais para as cidades, incluindo a mudança do clima, que resultam na expulsão ou realocação dos pobres, que muitas vezes vivem em áreas frágeis ou expostas da cidade;
- Desequilíbrios extremos de poder e de recursos no acesso à governança e tomada de decisões;
- Mercantilização e consequente especulação da terra;

Estes fatores têm historicamente afetado os sistemas de governança e planejamento em uma grande variedade de contextos de desenvolvimento, reforçando a marcha do desenvolvimento desigual.

“Em todo o mundo, problemas na garantia à moradia , terra e propriedade acessíveis, são responsáveis pelo aumento do número de pessoas que são afastadas dos bairros bem urbanizados e bem localizados para condições de moradia inadequadas e inseguras na periferia. O planejamento urbano direcionado para a criação das chamadas “cidades de classe mundial”, ao invés de controlar a especulação e frear o aumento dos aluguéis e preço das casas por meio de ferramentas adequadas para a gestão de terras, tem contribuído para aumentar os preços dos imóveis nas cidades e direcionar a terra para grupos de renda mais alta.

A consequente criação de assentamentos espacialmente separados para os ricos e os pobres em áreas urbanas e rurais pode ser definida - como o Relator Especial anterior descreveu - como “apartheid urbano e rural”. Favelas e ocupações surgem em parte devido à diferença colossal entre a oferta e a demanda de habitação a preços acessíveis em áreas bem localizadas, e levam à discriminação, desempenhando um forte papel em manter grandes grupos na pobreza e em condições de vida precárias, com pouco acesso a oportunidades para um futuro melhor. O resultado é cidades fragmentadas e divididas, com a erosão da coesão social.”

Relatório do Relator Especial para Moradia Adequada à Assembleia Geral, A/63/275

Em meio a estes fatores e mecanismos de exclusão, é, portanto, essencial que os governos locais e nacionais adotem uma abordagem positiva e pró ativa para alcançarem cidades inclusivas - como um meio de realizar as suas obrigações e definir um curso de urbanização eficaz para todos.

Isto inclui a promoção de uma abordagem mais equilibrada para a percepção em relação aos migrantes: é essencial melhorar a atual “narrativa” da migração, que é essencialmente negativa, para refletir com mais precisão às realidades migratórias contemporâneas; e o impacto historicamente positivo da mobilidade humana nas nossas sociedades, muitas das quais foram construídas com as contribuições feitas pelos migrantes.

B. Estabelecendo o Caminho para Cidades Inclusivas

1. Participação e inovação social no planejamento, implementação e avaliação

Apoiar grupos urbanos excluídos para compartilhar suas opiniões e representar suas próprias



necessidades: um aspecto fundamental para garantir a inclusão e a participação significativa de todos é por meio da mobilização dos próprios grupos excluídos, cuja capacidade de se envolver com as partes interessadas mais poderosas é bastante ampliada pela ação coletiva. Especial ênfase deve ser colocada no aumento da participação de mulheres, jovens e idosos na vida democrática e na tomada de decisão em todos os níveis. Perspectivas de igualdade de gênero devem, por exemplo, ser integradas em todas as decisões que concernem orçamento, investimentos em infraestrutura e planejamento do uso da terra e do desenvolvimento. A experiência mostra que a ação coletiva das comunidades, das organizações de mulheres e das organizações dos pobres urbanos (ou seja, organizações como a *Shack and Slum Dwellers International* -Organização Internacional de Moradores de Submoradias- ou grupos de trabalhadores informais, tais como a Aliança Global de Catadores, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Autônomas, ou HomeNet) são altamente eficazes em responder a desafios urbanos fundamentais (tais como habitação, meio ambiente e redução do risco de desastres) e em negociar com outras partes interessadas, como o governo ou proprietários de terras privadas.

Promover processos de inovação social inclusiva pode construir parcerias entre partes interessadas com interesses historicamente diferentes para resolver problemas coletivos sempre que possível. Grupos marginalizados, vulneráveis e excluídos podem usar o espaço urbano para projetar suas vozes, para participar na política da comunidade e influenciar processos políticos e sociais. Exemplos como o da Rede das Cidades Asiáticas Resilientes à Mudança do Clima mostram como avaliações participativas de vulnerabilidades que envolvem uma ampla gama de partes interessadas podem ajudar a construir uma compreensão mútua dos problemas, confiança entre diferentes atores, e novas formas de trabalhar. Processos de inovação social inclusiva podem levar a resultados mais abrangentes - por exemplo, a concessão de contratos de gestão de resíduos sólidos para associações de catadores informais, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce de inundações gerenciado de forma independente (como na cidade de Hat Yai, na Tailândia), ou melhorias no desenho urbano que apoiam populações idosas.

2. Efetivando os direitos de todos ao acesso universal a serviços básicos de qualidade

Promover acesso universal, sensível a gênero e à idade a serviços básicos de qualidade: um modelo de desenvolvimento urbano sensível à idade e a gênero com políticas e quadros institucionais adequados, para promover o acesso universal aos serviços básicos urbanos, como habitação sustentável e acessível, saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, alimentação nutritiva, água e saneamento, instalações de educação e formação, incluindo a aprendizagem ao longo da vida e educação vocacional, e segurança de renda básica, especialmente para os habitantes urbanos que vivem na pobreza e aqueles que sofrem discriminação, é uma outra alavanca de mudança. Estes serviços devem ser acessíveis e estar disponíveis a todos, e atender a certos padrões mínimos de qualidade, conforme estabelecido pela lei internacional dos direitos humanos. É essencial avaliar a forma como estes serviços são acessíveis e utilizados de acordo com as diferentes necessidades de outros grupos marginalizados, tais como os povos indígenas, os migrantes, as comunidades com especificidades étnico-culturais, as mulheres com deficiência, as meninas adolescentes, os idosos e outros, nos processos de tomada de decisão relacionados ao planejamento urbano.

Proteção social e serviços sociais, tais como transferências sociais e cobertura de saúde podem reduzir a vulnerabilidade das populações pobres e excluídas, particularmente quando são projetados



para responder às necessidades específicas dessas populações. Isto, juntamente com a geração de trabalho decente, prioriza a igualdade e o investimento nas pessoas, que estão no centro da promoção de cidades inclusivas. Dedicar particular atenção às populações migrantes é crucial neste aspecto, incluindo a remoção de restrições de mobilidade interna, a eliminação dos obstáculos ligados ao status migratório para o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, abordando várias formas de discriminação, incluindo a discriminação múltipla contra os migrantes em diferentes esferas da vida - econômica, social, política e cultural - e dando apoio a migrantes para facilitar a sua plena integração na sociedade de acolhimento, nomeadamente por meio da eliminação dos estereótipos e da promoção do diálogo intercultural e da compreensão. Migrantes que vão das áreas rurais para as urbanas são desproporcionalmente jovens, o que significa que o apoio sensível à idade quanto à moradia, educação, serviços de saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva, e emprego é essencial. Espaços urbanos seguros e produtivos para a juventude têm sido associados a um maior acesso da juventude à formação, serviços de saúde, e um espaço para que os jovens tenham suas vozes ouvidas na governança local.

3. Planejamento espacial para inclusão

Uma melhor relação espacial estabelece uma ligação entre o uso da terra e acessibilidade, elimina ou reduz os desequilíbrios entre as áreas residenciais e de trabalho e reduz o hiato entre favelas e bairros consolidados. Ela facilita o acesso às áreas em que as oportunidades de trabalho, os equipamentos e os serviços públicos estão localizados, assim limitando a desigualdade territorial.

O planejamento espacial para a inclusão detém um potencial especial nos países e cidades onde a urbanização está acontecendo rapidamente. O crescimento da população urbana oferece a possibilidade de novas formas espaciais, novas abordagens para a prestação de serviços, e a criação de novas oportunidades para as populações urbanizadas. O planejamento espacial pode criar a base de infraestrutura para apoiar as transições econômicas. Novos empregos emergem, os quais, caso alinhados com os direitos humanos e os padrões de trabalho, podem oferecer caminhos para indivíduos, famílias e comunidades de diminuição da pobreza, aumento do bem-estar e maior igualdade.

4. Prestação de contas

O monitoramento reforçado e a prestação de contas de governos locais e nacionais e atores privados, especialmente relacionados ao planejamento urbano e administração fundiária. Decisões e processos que afetam os habitantes urbanos devem ser transparentes para todos, sujeitos ao escrutínio público, e incluir mecanismos de reivindicação e contestação livres e justos – todos cruciais para reduzir casos de corrupção pública que operem em favor de interesses poderosos. Boletins comunitários sensíveis às questões de gênero, por exemplo, permitem que as comunidades desenvolvam indicadores para analisar suas próprias necessidades e avaliar o desempenho do governo. Sob a Iniciativa de Governança Urbana (TUGI, na sigla em inglês), o uso de boletins em Cebu, Filipinas, ajudou a analisar a capacidade do governo municipal de responder às necessidades das mulheres, o que levou ainda a uma lei sobre gênero para a cidade e a adoção de um novo decreto sobre violência doméstica.

Melhorar o acesso à informação: iniciativas e bancos de dados podem fornecer acesso livre à



informação para o público – por exemplo, sobre orçamento, planos de desenvolvimento urbano, zoneamento e risco de desastre. Em todo o mundo, iniciativas para promover a transparência do processo de tomada de decisão estão sendo adotadas pelos municípios, notadamente em vários países da América Latina e na Indonésia (por exemplo, o projeto Solo Kota Kita), onde buscam possibilitar o voto informado dos cidadãos durante processos de orçamento participativo. Estas iniciativas são baseadas principalmente em políticas de dados abertos nos países mais conectados, com o desenvolvimento de ferramentas visuais e mapeamento de bairros. Em outras cidades, os governos estão fazendo parcerias com membros das comunidades para coletar informação sobre assentamentos informais ou economia informal.

5. Entendendo os papéis dos governos nacional e local na criação da urbanização inclusiva

Muitas das seções anteriores abordaram fatores vitais a nível local. No entanto, a exclusão é reforçada por uma variedade de fatores nacionais e globais que os governos locais e as partes interessadas não estão em posição de resolver. Coerência e coordenação entre governos centrais e locais são essenciais para garantir sinergias e complementaridades de intervenções em diferentes níveis, incorporar o crescimento urbano ao planejamento nacional e local, e evitar pontos cegos e lacunas em políticas e planos relevantes. Com frequência, há discrepâncias e contradições entre políticas do governo central e aquelas implementadas pelas autoridades locais.

Os processos de descentralização podem fracassar em estabelecer uma divisão de trabalho clara com as responsabilidades correspondentes, o que dificultará a eliminação das desigualdades. Isso também requer cooperação entre as cidades, e entre áreas urbanas e rurais, como uma forma de enfrentar as questões e desafios mencionados acima. Por meio do intercâmbio de conhecimento, competências, boas práticas e experiências em áreas como educação, emprego, habitação e do aumento da sensibilização, cidades e atores locais podem alavancar realizações em desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, encorajando a inovação e construindo relações colaborativas mutuamente benéficas.

As políticas nacionais desempenham um papel importante em possibilitar ou restringir atores locais a alcançar resultados inclusivos no nível local. Por exemplo:

- Esforços para delegar autoridade e finanças para o nível local, acompanhado por mecanismos para o desenvolvimento de capacidades e prestação de contas, podem habilitar os governos a prestar melhor serviço às suas populações.
- Reforma de leis e regulamentos que restringem o movimento (tal como os sistemas de registro doméstico na China e no Vietnã) ou limitam a capacidade dos migrantes de acessar os serviços básicos, e fortalecimento de leis e regulamentos sobre a integração das projeções populacionais, incluindo aquelas relacionadas ao crescimento urbano ao planejamento do desenvolvimento.
- Reforma de políticas que forçam as cidades a competir com base em características como tamanho físico ou PIB – por exemplo, sistemas de classificação das cidades – que não promovem a alocação eficiente ou socialmente progressiva de recursos.
- Políticas fiscais flexíveis e processos de alocação orçamentária que reconheçam as necessidades diferenciadas dos vários tipos de cidades.

As cidades e o governo nacional podem moderar resultados excludentes especialmente relacionados



ao planejamento urbano e à administração fundiária. Os processos de urbanização deveriam ser mais firmemente enraizados em um enquadramento de direitos humanos que assegure o alinhamento dos objetivos e dos processos de implementação a obrigações específicas de direitos humanos, enquanto promovem a prestação de contas de governos locais em respeito à evolução de modelos tecnocráticos para modelos baseados nos direitos, que garantam a prestação de contas e a responsabilidade e os direitos dos moradores da cidade como detentores de direitos humanos. Decisões e processos nas cidades devem ser transparentes com informação acessível para todos; fomentar a agência das mulheres e a representação plena e igualitária na tomada de decisão; sujeitos ao escrutínio público; e reforçados por mecanismos de reivindicação e contestação livres e justos. Os moradores da cidade e especialmente aqueles que pertencem a grupos desfavorecidos devem ser empoderados para que possam reivindicar seus direitos quando estes são violados ou permanecem não cumpridos.

PLATAFORMAS

Ferramenta: Population Situation Analysis, <http://www.unfpa.org/publications/population-situation-analysis>

Este guia fornece a base para uma avaliação integrada das dinâmicas de população e de saúde reprodutiva e seus impactos sobre a pobreza, desigualdade e desenvolvimento, incluindo as ligações com a demografia da urbanização.

Iniciativa: Every Woman, Every Child, <http://www.everywomaneverychild.org/>

Lançado pelo Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon durante a Cúpula das Nações Unidas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em setembro de 2010, Every Woman, Every Child é um movimento global sem precedentes que mobiliza e intensifica a ação nacional e internacional dos governos, instituições multilaterais, setor privado e sociedade civil para enfrentar os grandes desafios de saúde enfrentados pelas mulheres e crianças ao redor do mundo. A iniciativa tem um novo foco local -- Every Woman, Every Child, Everywhere -- que mira particularmente as desigualdades urbanas e a mobilidade humana.

Processo: Os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos são experts em direitos humanos independentes com mandatos para reportar e aconselhar sobre direitos humanos.

<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcompage.aspx>

Processo: Os órgãos de tratados de direitos humanos são comitês de experts independentes que monitoram a implementação dos principais tratados internacionais de direitos humanos.

<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/TreatyBodies.aspx>

Ferramenta: Urban Health Inequity and Assessment Tool (Urban HEART)

Documento Principal: http://www.who.int/kobe_centre/publications/urban_heart.pdf

Manual do Usuário: http://www.who.int/kobe_centre/publications/urban_heart_manual.pdf

Plataforma: Hidden Cities (WHO & UN Habitat, 2010)

http://www.who.int/kobe_centre/publications/hiddencities_media/who_un_habitat_hidden_cities_web.pdf?ua=1



Rede: A Coalizão Internacional de Cidades contra o Racismo, lançada pela UNESCO em 2004, promove o intercâmbio de expertise, boas práticas e experiência prática para desenvolver políticas a nível da cidade a fim de combater a exclusão e a discriminação; www.unesco.org/shs/citiesagainstracism.

Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.

Este Documento Temático foi co-liderado pelo UN DESA, PNUD e ACNUDH, com contribuições da ONU-Habitat, OMS, UNICEF, UNESCO e ONU Mulheres.

Documento traduzido livremente por Marina Teixeira, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por Isadora Cardoso Vasconcelos – PNUD Brasil.